

ONGs disputam os índios

■ Dezenas de entidades concorrem entre si e são rejeitadas por algumas tribos

FABIANO LANA

BRASÍLIA – Conhecidas genericamente como Organizações não Governamentais (ONGs), dezenas de instituições espalham-se pelo Brasil, representando ou atuando junto às nações indígenas. Há todo tipo de entidades, das controladas por estrangeiros, as de inspiração religiosa e até mesmo aquelas dirigidas pelos próprios índios, que recebem verbas da União. Em algumas regiões, ONGs diferentes disputam a influência em uma mesma tribo. Em outras, os advogados que trabalham nas ONGs são escolhidos entre os próprios índios.

O Instituto Socio-Ambiental (ISA), criado em 1994, possui mapas de alta precisão sobre os requerimentos que pedem autorização para a extração de minérios e informações sobre a situação dos índios. Esses mapas têm dados considerados melhores do que os da Fundação Nacional do Índio (Funai). Atualmente, a entidade é dirigida por um ex-presidente da Funai, Márcio Santili. O último presidente da Funai, Carlos Marés, também já foi diretor do ISA.

Ianomami – Em suas andanças por Roraima, no final da década de 70, a fotógrafa suíça Claudia Andujar apaixonou-se pelos índios Ianomamis. Na época, ela criou a Comissão Para Criação do Parque Ianomami (CCPI). Hoje, com a área Ianomami oficializada e ocupando grande parte do estado de Roraima, a CCPI é a principal responsável pela saúde dos índios. Este ano, a entidade assinou contrato de R\$ 6 milhões com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para desenvolver trabalhos de pesquisa.

As missões católicas começaram a aproximação com os indígenas há mais de cem anos. Por causa dos Salesianos, várias tribos do Alto Rio Negro, no Amazonas, praticam a religião católica. Os missionários católicos também estão em São Gabriel da Cachoeira, Pico da Neblina (AM) e Região da Cabeça do Cachorro (RO).

Cimi – Ao contrário das missões católicas mais tradicionais, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), segundo seus dirigentes, procura respeitar a religião original das tribos, preferin-

do prestar assistência na área jurídica e na de educação. “Mas há comunidades que se tornaram católicas e solicitam a presença dos religiosos”, pondera o secretário adjunto do Cimi, Roberto Liebgott.

Já as missões evangélicas são dominadas por estrangeiros, principalmente norte-americanos. A mais conhecida delas é a missão Novas Tribos. “Há ONGs importantes, mas há também dezenas de siglas que formam uma mixórdia. Umas são boas, investem no índio. Outras ganham dinheiro e deixam o índio no mesmo estado”, afirma o deputado Antônio Feijão (PST-AP), que foi presidente da CPI da Funai.

CTI – Outra ONG importante no país também foi criada por estrangeiros. A antropóloga belga Dominique Galois idealizou o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), que atua em mais de 20 grupos indígenas no país, coordenando atividades como regularização fundiária, adoção de alternativas econômicas e programas de educação.

Na região do Alto Rio Negro, as ONGs Apina e Apicua-Pa, ambas ligadas à CTI, entraram em atrito com a Missão Novas Tribos por

causa da assistência aos indígenas.

Discórdia – Contribuiu para a discórdia o recebimento de verbas do Ministério do Meio-Ambiente e da ONG alemã GTZ, destinadas aos índios. Missões alemãs atuam há três décadas na região do Tumucumaque, entre Pará e Amapá, onde ajudaram os índios até mesmo na construção de uma hidrelétrica.

Algumas tribos, entretanto, não aceitaram as atuações de ONGs. Foi o caso dos Talikur, Galibi e Moworini, espalhados pela região Norte. Outra alternativa dos indígenas foi eleger representantes para resolver seus problemas. O prefeito de Oiapoque (AM) e Baía da Traição (PB), por exemplo, são índios.

A direção do Conselho Indígena de Roraima (CIR), uma das principais ONGs do país, é formada por índios Macuxi, Wai-Wai e Uriti. Eles administram repasse de R\$ 7 milhões provenientes da Funasa. A CIR também orienta os índios em pecuária e agricultura. O índio Paulo Pankaruru, um dos responsáveis pelo setor de demarcação, formou-se em Direito pela Universidade Federal de Goiânia e fez cursos nos Estados Unidos.

Classificação: 157
Fonte: JTB
Data: 2/5/2000
6
Documentação